

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA

DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Integrantes da equipe:

- **ANDERSON RODRIGO SANTOS BARBOSA**
- **JOÃO FLOR BOGALHEIRA**
- **URIAS DE OLIVEIRA**

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EGRESSOS DO ENSINO PÚBLICO

MÉDIO É BAIXO (dados do ENEM/IDEB)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do certificado de conclusão do Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Políticas Públicas.

Monitor: **OTÁVIO FERREIRA**

São Paulo

Março/2.015

1ª. Parte – Identificação ou escolha da situação-problema e fluxograma

1 - Quais são os colegas que participam de sua equipe formada para a elaboração do TCC?

Nome	e-mail	UF	Município
Cleone Miranda de Matos (*)	cleomatos1@hotmail.com	MG	Betim
Anderson Rodrigo Santos Barbosa	anderson_ufs@hotmail.com	PE	Recife
Urias de Oliveira	mandato_urias@hotmail.com	SP	Porto Feliz
João Flor Bogalheira	joao_f_bogalheira@hotmail.com	SP	Santo André

() após as eleições gerais, a Cleone, por estar grávida, solicitou ser transferida para outra turma, após o nascimento do bebê (Pedro).*

2 - Que problema foi escolhido pela equipe para a elaboração do TCC?

O desempenho dos alunos egressos do ensino público médio é baixo (dados do ENEM/IDEB)

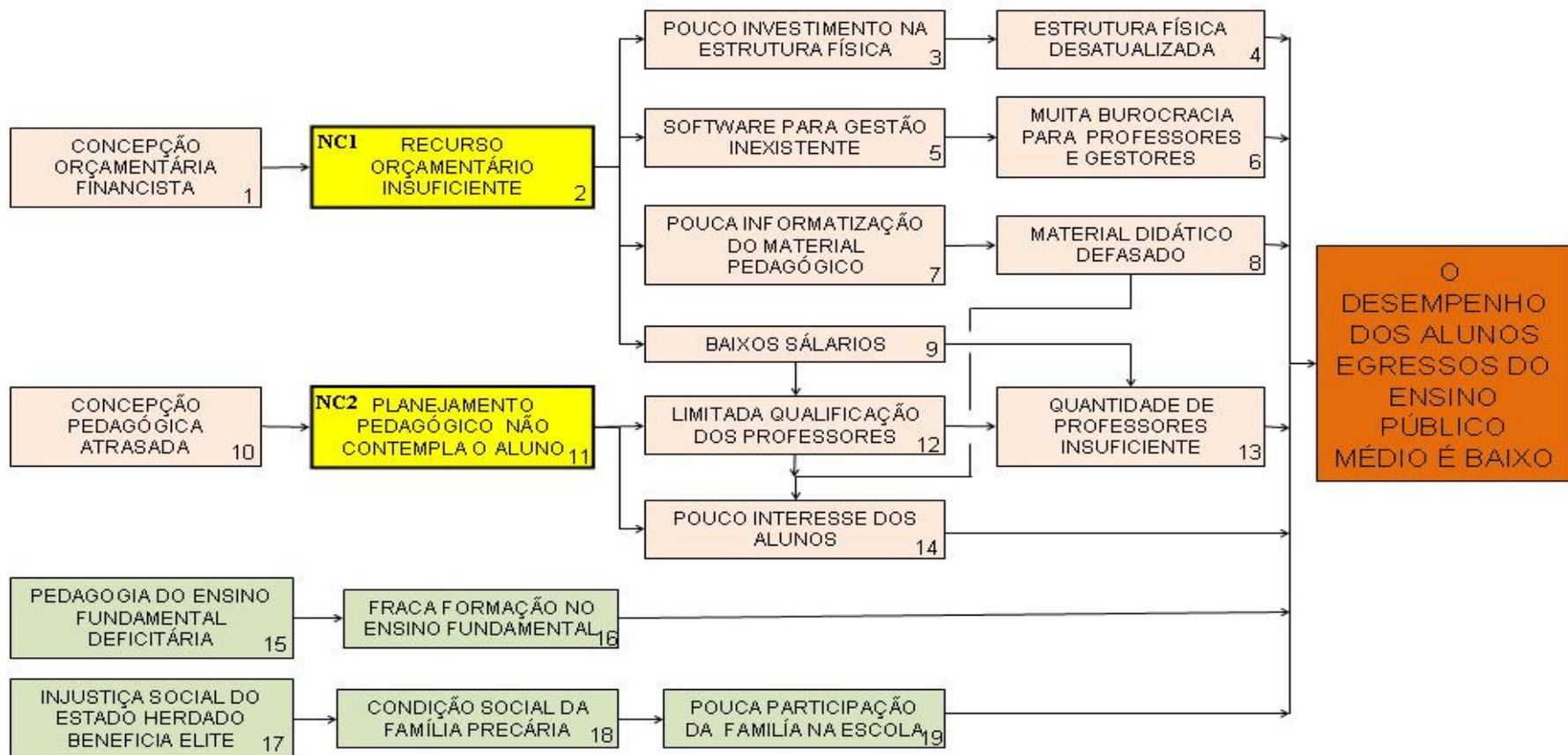
3 - Qual é o ator que declara o problema?

Secretário Estadual de Educação do Estado de São Paulo

ÂMBITO: ESTADUAL - UF SP

PROBLEMA: O DESEMPENHO DOS ALUNOS EGRESSOS DO ENSINO PÚBLICO MÉDIO É BAIXO (ENEN/IDEB)

QUEM DECLARA: SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO



2ª. Parte – Comentários analítico-conceituais sobre nós explicativos

Por que estes nós explicativos analisados são efetivamente NCs? Argumentação porque cada um deles é, de fato, um nó crítico (satisfazendo as três condições que o caracterizam):

A situação problema que nosso grupo escolheu foi: “O DESEMPENHO DOS ALUNOS EGRESSOS DO ENSINO PÚBLICO MÉDIO É BAIXO” e, elencamos dois nós críticos, a saber: “RECURSO ORÇAMENTÁRIO INSUFICIENTE” e “PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO NÃO CONTEMPLA O ALUNO”.

O primeiro nó crítico “RECURSO ORÇAMENTÁRIO INSUFICIENTE” foi definido porque se resolvido, terá alto impacto na resolução da situação problema, pois é muito provável que reduziria a escassez de professores, com a melhora em seus salários, melhoraria a falta de estrutura física, melhorando as condições de acesso físico às salas e laboratórios, aumentaria a informatização, que reduz o tempo de atividades burocráticas, atuando diretamente na minimização da situação problema.

A atuação sobre essas causas é de competência quase que exclusiva da gestão pública e, temos pleno poder sobre elas. A solução desse nó crítico na atual conjuntura é oportuno e viável, principalmente com o advento das verbas do pré-sal.

O segundo nó crítico “PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO NÃO CONTEMPLA O ALUNO” foi definido porque se resolvido, também tem alto impacto na resolução da situação problema. Com um planejamento pedagógico moderno e atualizado, teríamos uma dinâmica significativamente melhor em sala de aula, melhorando a compreensão dos alunos pela melhoria do material didático, bem como o interesse e a competência dos professores.

A atuação para um planejamento pedagógico pode ser feito através de nossas universidades estaduais, tendo viabilidade para sua execução.

Ambas atuações, fariam os índices do ENEM e do IDEB subir rapidamente, como consequência da melhora do desempenho dos alunos.

Fundamentação dos Nós Explicativos do Fluxograma.

Quando estamos levantando o diagnóstico da situação encontrada na administração pública, deparamos com várias situações problemas que devem priorizadas e, após a priorização devemos, juntamente com todos os atores envolvidos, propor a solução daquela situação problema. Para isso podemos utilizar a metodologia de diagnóstico de situações (MDS).

Primeiramente os atores envolvidos devem fazer o levantamento das causas (e efeitos) que geram aquela situação problema de maneira clara e objetiva. As diversas causas são os “nós explicativos” (caixinhas) do fluxograma, que devem chegar até a causa primária da situação problema, todas elas ligadas por relações de causalidade, identificadas pelas “setas”, que relacionam dois aspectos da realidade.

O problema do baixo desempenho dos alunos do Ensino Médio no ENEM possui diversos nós explicativos. Destacamos como nós críticos: recurso orçamentário insuficiente, e planejamento pedagógico não contempla o aluno. Por serem pontos chaves para intervir e modificar o problema.

No entanto estes nós críticos estão ligados também através de relações de causalidades com outros nós explicativos. De forma que o pouco investimento na infraestrutura das escolas, baixos salários dos professores e a falta de informatização nas escolas são causados diretamente pelo recurso orçamentário insuficiente na Educação.

A quantidade de professores insuficientes é causada diretamente pelos baixos salários pagos à categoria que não oferece estímulo para que novos profissionais ingressem na profissão, além de sofrer também o estímulo negativo da violência nas escolas.

O pouco investimento em estrutura física causa diretamente o efeito de uma estrutura física desatualizada com o passar do tempo.

A inexistência de software para a gestão causa uma sobrecarga grande de burocracia extra-classe sobre os professores e gestores, que faz com que prejudique o tempo que poderia ser dedicado a outras atividades docentes.

A concepção pedagógica atrasada, gera um planejamento pedagógico que não contempla o aluno, tanto na Secretaria, quanto nas escolas, fazendo com que os professores não tenham acesso a uma formação profissional continuada, que reduz quantidade de professores qualificados. O planejamento pedagógico que não contempla o aluno e a limitada qualificação dos professores, desenvolvem pouco interesse do aluno em participar das aulas, o que colabora no baixo desempenho dos alunos concluintes.

A pouca informatização do material pedagógico colabora para que o material didático esteja defasado, este último item também gera nos alunos pouco interesse pelos conteúdos trabalhados, colaborando para a diminuição do desempenho e na retenção das matérias.

Comentários analítico-conceituais sobre os nós explicativos do fluxograma:

Nó explicativo 9: “Baixos salários”:

Segundo pesquisa encomendada à Fundação Carlos Chagas (FCC), com alunos(as) do 3º ano do ensino médio, comprovam que apenas 2% dos estudantes que estão concluindo o Ensino Médio têm como primeira opção no vestibular, graduações diretamente relacionadas à atuação em sala de aula – Pedagogia ou alguma Licenciatura

Em linhas gerais, apesar de reconhecerem a importância do professor, os entrevistados afirmam que a profissão é desvalorizada socialmente, mal remunerada e possui uma rotina desgastante e desmotivadora. Para a grande maioria, não é uma carreira interessante a seguir.

O consenso é o de que se deve atacar o problema por diversas frentes, do aumento salarial à melhoria das condições de trabalho, da proposição de planos de carreira à revisão das formações inicial e continuada, passando pela necessidade de valorizar o professor e tratá-lo como profissional.

O pior fator negativo sobre ser professor recaiu sobre a baixa remuneração (40%), passando pela falta de identificação profissional ou pessoal (32%) e o desinteresse e desrespeito dos alunos (17%)

Tudo indica que também estamos comprometendo o futuro, pois o problema é que não há candidatos suficientes para suprir, com qualidade, as vagas disponíveis. De acordo com uma estimativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa educacionais Anísio Teixeira (Inep), ligado ao Ministério da Educação, só no Ensino Médio e nas séries finais do Ensino Fundamental o déficit de professores com formação adequada à área que lecionam chega a 710 mil. É o que os especialistas chamam de “escassez oculta”, que se registra quando o ensino é exercido por pessoas não plenamente qualificadas a ensinar para determinado nível escolar ou disciplina. A situação mais crítica ocorre nas ciências exatas. Em áreas como a de Física, o percentual de docentes graduados no campo de saber específico é de apenas 25,2%. Na de Química, o total é de 38,2%.

O panorama é ainda mais grave se considerarmos que 41% do corpo docente tem 41 anos ou mais – ou seja, está relativamente próximo da aposentadoria

Além disso, a julgar pelos resultados dos mais recentes Censos Escolares da Educação Básica, começam a se avolumar evidências de que o número de aposentadorias tende a superar o número de formandos nos próximos anos.

Vale repetir que esse quadro não tem nada a ver com falta de vagas nas universidades.

“Entre 2001 e 2006, houve crescimento de 65% no número de cursos de licenciatura. As matrículas, porém, aumentaram apenas 39%”, afirma Bernardete Gatti, pesquisadora da FCC e supervisora do estudo. Segundo o Censo da Educação Superior de 2009, há 55% de vagas ociosas nos cursos de Pedagogia e formação de professores – número acima da média das outras carreiras.

(Fonte: Atratividade da carreira docente no Brasil - Outubro de 2.009)

Nó explicativo 8: “Material didático defasado”:

Primeiramente temos que definir o que é “material didático”: “é todo material que serve de apoio o/ou recurso para o processo de ensino e aprendizagem. O êxito no uso do material dependerá da intencionalidade e articulação com a prática pedagógica”.

Ou seja, podemos ter desde a tradicional “lousa e giz” e a biblioteca, passando por mapas, gravuras, aparelhos de som, filmes, laboratórios e seus materiais, até os mais modernos computadores, programas de computadores, lousas digitais, tabletes, acesso à internet, etc..

É importante lembrar que nenhum material didático pode, por mais bem elaborado que seja, garantir, por si só, a qualidade e a efetividade do processo de ensino e aprendizagem. Eles cumprem a função de mediação e não podem ser utilizados como se fosse começo, meio e fim de um processo didático.

Assim, se um filme for apresentado em uma aula de história, pode ter sua projeção, por vezes, interrompida para fixar cenas, discutir com os alunos, e seguida pela produção de um texto avaliativo. “O livro didático constitui um elo importante na corrente do discurso da competência, é o lugar do saber definido, pronto, acabado, correto e, dessa forma, fonte única de referência e contrapartida dos erros das experiências de vida.” (VESENTINI, p.166).

Tal colocação feita pelo autor deixa o livro didático numa posição central, como principal e única fonte de saber, sem que o mesmo esteja aberto o diálogo e debates relacionados às problemáticas apresentadas por ele.

O que se observa no atual sistema de ensino-aprendizagem, é uma grande defasagem, um sistema saturado, onde alunos e professores não mais encontram motivação para ensinar e aprender respectivamente, devido a um método extremamente tradicional onde o livro

didático é colocado como o único objeto de estudo e fonte de pesquisa possível, sendo utilizada de forma limitada e antagônica a realidade do alunado.

Ele acrescenta a problemática envolvendo o livro didático, o fato de que, “ele acaba assim tomando a forma de critério do saber, fato que pode ser ilustrado pelo terrível cotidiano do “veja no livro”, “estude para a prova” da “página x até a y”, “procure no livro”, etc.. Ou seja, o material didático deve-se integrar num ciclo mais completo de ensino-aprendizagem.

Aprendemos:

- 1% por meio do gosto
- 1,5 % por meio do tato
- 3,5 % por meio do olfato
- 11 % por meio da audição
- 83 % por meio da visão

Logo, o uso de muitos e variados recursos visuais é estratégia das mais acertadas.

Retemos:

- 10 % do que lemos
- 20 % do que escutamos
- 30 % do que vemos
- 50 % do que vemos e escutamos
- 70 % do que ouvimos e logo discutimos
- 90 % do que ouvimos e logo realizamos

Portanto, optar por aulas que associam teoria e prática, que contribui para a efetiva construção e sedimentação do conhecimento.

Com base nestes dados citados, é que não podemos ficar somente na “lousa e giz” e no livro, mas temos que buscar com que a escola disponha de material didático adequado para cada tipo de aprendizado, fazendo com que o aluno participe e se motive no aprendizado, não só dependendo do livro, mas de todo arcabouço dentro da unidade escolar, onde os professores disponham de funcionalidade e tecnologia de ponta para atrair o interesse do educando para o aprendizado, dando a ele autonomia para reter o tipo de conhecimento que ele deseja e que será usado em sua vida toda.

(Fonte: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/equip_mat_dit.pdf - 2.009 e outras)

Nó explicativo 12: “Limitada qualificação dos professores”:

A qualificação limitada dos professores, é um dos fatores que contribuem para a má qualidade da educação no Brasil. A qualidade na educação básica só vai melhorar quando tivermos profissionais realmente qualificados.

Hoje *61% dos professores de física não são formados na área e *41% dos docentes de química também não (*Câmara de Educação Básica), isso é uma lacuna que tem que ser fechada com a qualificação, e que é fundamental, mas atrelado a este panorama educacional também a desmotivação vocacional para a profissão de ensinar, sobretudo na área pública onde as ocorrências de fatores externos e a globalização do conhecimento com o descontrole na qualidade altera a correlação de aluno/professor.

Para que o país realmente vença essa lacuna, é necessário desenvolver e qualificar esses profissionais, além de incentivar a classe como um todo.

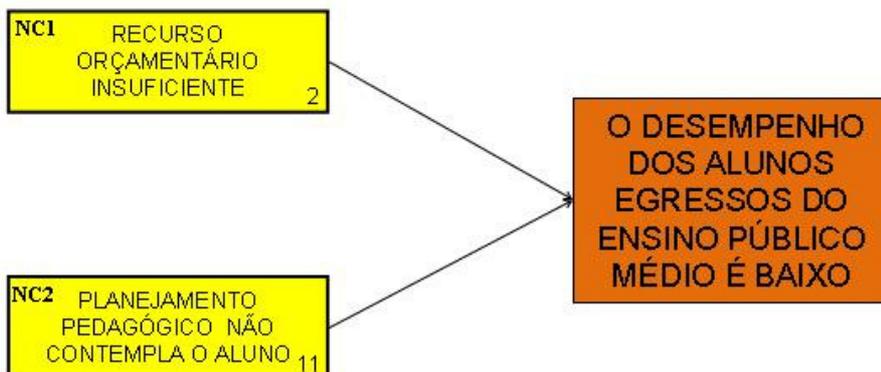
A base de qualquer profissional parte de um bom professor, por isso precisamos melhorar a qualidade da sua formação. Além disso, é preciso resgatar a valorização da carreira do magistério. Fazer com que o jovem no Brasil queira ser professor, porque um país sem professor não tem futuro, acrescentando ainda que antes de atrair os jovens, o Brasil precisa ter uma política consistente do ponto de vista salarial, ter boas condições de trabalho e mudar radicalmente a formação inicial do professor.

3ª. Parte – Árvore do problema

ÂMBITO: ESTADUAL – UF SP

PROBLEMA: O DESEMPENHO DOS ALUNOS EGRESSOS DO ENSINO PÚBLICO MÉDIO É BAIXO (ENEN/IDEB)

QUEM DECLARA: SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO



Descrição dos nós e das ações

Nó Crítico	Ações	Resultado das ações
1 - RECURSO ORÇAMENTÁRIO INSUFICIENTE	<p>A 1.1- Verificar destinação de verbas já disponibilizadas, verificando o que está sendo alocado para outros fins.</p> <p>A 1.2- Buscar verbas dos royalties da extração do petróleo no pré-sal, definidas para esse fim.</p> <p>A 1.3- Buscar parceria com o Governo Federal</p> <p>A 1.4- Buscar parcerias com a iniciativa privada</p>	<p>Maior valorização do professor e demais funções que compõem a escola, com a redução da abstenção e aumento da disposição na função.</p> <p>Maior disponibilidade de tempo para a preparação e exposição das aulas, reduzindo o tempo com burocracia.</p>
2 - PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO NÃO CONTEMPLA O ALUNO	<p>A 2.1- Planejar convênios com as Universidades Públicas, para atualização dos professores, buscando o desenvolvimento e aperfeiçoamento das melhores pedagogias.</p> <p>A 2.2- Adquirir equipamentos pedagógicos necessários para a melhoria do aprendizado e um maior interesse do aluno.</p> <p>A 2.3- Modernizar os recursos materiais utilizados, atualizando os professores sobre os recursos educacionais informatizados e criação de maiores oportunidades de contato com multimeios.</p>	<p>Aumento da competência dos professores e aumento do interesse e da compreensão do aluno, proporcionando verdadeiro contato com a realidade social, política, econômica e cultural do meio social que vive o aluno e está inserida a escola, propiciando menor evasão e uma maior retenção do conhecimento por parte do aluno, aumentando seu desempenho.</p>

4ª. Parte – Plano de Ação

NC 1 : RECURSO ORÇAMENTÁRIO INSUFICIENTE

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A 1.1 - Verificar destinação de verbas já disponibilizadas, verificando o que está sendo alocados para outros fins.	1.1.1- No orçamento, rever destinações dos anos de 2.015, 2.014 e 2.013, de verbas que estão na secretaria de educação e são de responsabilidade de outras secretarias.	2 Funcionários da área de orçamentos da Secretaria de Educação	Mar/2.015 `a Jul/ 2.015	Chefe do Departamento de orçamento da Secretaria de Educação
	1.1.2- Não permitir, para o orçamento de 2.016, que verbas alocadas na Secretaria de Educação sejam utilizadas para atividades de outras secretarias.	2 Funcionários da área de orçamentos da Secretaria de Educação	Ago/2.015 `a Out/ 2.015	Chefe do Departamento de orçamento da Secretaria de Educação
	1.1.2- Informar a todas secretarias regionais, para o uso correto das verbas disponibilizadas pela secretaria de educação.	1 funcionário da área de comunicação da Secretaria de Educação	Mar/2.015 `a Mai/ 2.015	Chefe do Departamento Comunicação da Secretaria de Educação
A 1.2 - Buscar verbas dos royalties da extração do petróleo no pré-sal, definidas para esse fim.	1.2.1- Verificar com Petrobrás o potencial de crescimento versus tempo da arrecadação dos royalties.	Chefe do Departamento de orçamento da Secretaria de Educação	Mar/2.015 `a Abr/ 2.015	Chefe do Departamento de orçamento da Secretaria de Educação
	1.2.2- Estimar se a verba que será incrementada é suficiente para a ampliação do orçamento necessário.	1 Funcionário da área de orçamentos da Secretaria de Educação	Mai/2.015 `a Jul/ 2.015	Chefe do Departamento de orçamento da Secretaria de Educação

GESTÃO ESTRATÉGICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS
UNICAMP - Fundação Perseu Abramo

	1.2.3- Definir alocação da verba dos royalties.	Chefe do Departamento de orçamento da Secretaria de Educação	Ago/2.015 `a Out/ 2.015	Secretário de Educação do Estado
A 1.3 - Buscar parceria com o Governo Federal.	1.3.1- Conhecer todos os convênios e parcerias que temos possibilidade de ter com o Governo Federal.	Secretário de Educação do Estado e 2 assessores do Secretário	Mar/2.015 `a Mai/ 2.015	Secretário de Educação do Estado
	1.3.2- Priorizar até 3 convênios e/ou parcerias, para que possamos implementá-los.	Secretário de Educação do Estado	Mai/2.015 `a Jul/ 2.015	Secretário de Educação do Estado
	1.3.3- Efetivar convênios priorizados com o Governo Federal	Secretário de Educação do Estado	Ago/2.015 `a Out/ 2.015	Secretário de Educação do Estado
A 1.4 - Buscar parcerias com a iniciativa privada	1.4.1- Fazer levantamento do que necessitamos e é possível vir da iniciativa privada.	1 assessor do Departamento de infraestrutura e 1 assessor do Departamento de pedagogia	Mar/2.015 `a Abr/ 2.015	Chefe do Departamento de infraestrutura e Chefe do Departamento de pedagogia
	1.4.2- Listar empresas com potencial de ajudar, naquilo que necessitamos.	1 assessor da Secretaria da Fazenda e 1 assessor da Secretaria da Educação	Mai/2.015 `a Jun/ 2.015	Chefe do Departamento de infraestrutura e Chefe do Departamento de pedagogia
	1.4.3- Contatar empresas privadas com potencial de parceria com a Secretaria de Educação.	Chefe do Departamento de infraestrutura, Chefe do Departamento de	Jul/2.015 `a Set/ 2.015	Secretário de Educação

GESTÃO ESTRATÉGICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS
UNICAMP - Fundação Perseu Abramo

		pedagogia e Secretário de Educação.		
--	--	---	--	--

NC 2 : Planejamento pedagógico não contempla o aluno:

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A 2.1- Planejar convênios com as Universidades Públicas, para atualização dos professores, buscando o desenvolvimento e aperfeiçoamento das melhores pedagogias.	2.1.1- Adequar o curriculum dos conteúdos a realidade de cada região. Através de grupos revisores de conteúdos para adequá-los à realidade de cada região	Requisitar pessoas das universidades públicas para fazer as revisões.	Mar/2015 à Set/2015	Coordenador de Curriculum escolar
	2.1.2- Buscar parceria com o Governo Federal por meios de suas universidades. Usar as universidades públicas estaduais pra o aperfeiçoamento dos profissionais	Um funcionário da secretaria para mapear as instituições	Mar/2015 à Mai/2015	Secretário
	2.1.3- Criar um banco de dados dos professores da rede estadual com grau de estudo e tempo de magistério para proporcionar qualificação adequada para cada grupo	Um funcionário da secretaria para mapear as instituições	Mar/2015 à Jun/2015	Secretário
A2.2- Adquirir equipamentos pedagógicos necessários para a melhoria do aprendizado e um maior interesse do aluno.	2.2.1- Ir in-loco conhecer os planejamentos mais exitosos na área de educação do país, para ser aplicado no Estado.	Dois assessores técnicos, sendo um da área da educação um da área da TI	Mar/2015 à Jun/2015	Secretário
	2.2.2- Priorizar convênios que estejam próximo da realidade de cada área do estado, para que possamos aproximá-los da realidade das novas tecnologias e dos novos parâmetros curriculares.	Dois assessores da área de coordenação pedagógica.	Mar/2015 à Jun/2015	Secretário

GESTÃO ESTRATÉGICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS
UNICAMP - Fundação Perseu Abramo

	2.2.3- Fazer checklist das instituições de ensino com potencial de ajuda naquilo que necessitamos, sejam públicas ou privadas.	Um funcionário da secretaria para mapear as instituições e executar a lista	Mar/2015 à Mai/2015	Coordenador de licitações e contrato
A 2.3- Modernizar os recursos materiais utilizados, atualizando os professores sobre os recursos educacionais informatizados e criação de maiores oportunidades de contato com multimeios.	2.3.1- Comprar equipamento de filmagem e ilha de edição para montagens de laboratório de produção de vídeos aulas expositivas pelos alunos e professores. Além de lousas digitais para melhor interação dos alunos nas aulas	Três assessores, sendo um da área de TI, outro coordenador educacional e um da licitação. Levantar preço e colocar no orçamento de 2016	Mar/2015 à Jul/2015	Chefe de licitação.
	2.3.2- Compra de Software que seja possível montar aulas em lousa digitais e Power Point.	Três assessores, sendo um da área de TI, outro coordenador educacional e um da licitação. Levantar preço e colocar no orçamento de 2016	Mar/2015 à Abr/2015	Chefe de licitação.

5ª. Análise de Atores

Ação 1.1 - Verificar destinação de verbas já disponibilizadas, verificando o que está sendo alocados para outros fins:

Ator	Recursos que controla	Limitações/Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1: Secretaria de Educação	Gestão do orçamento específico	O orçamento é utilizado em milhares de estabelecimentos e legislação ampla e em mudança constante	Com informatização e padronização de todo processo de gastos no local de destino, e simplificando a legislação.	Alocando a verba para outra atividade.	Evidenciando que está priorizando esta ação.
A2: Secretaria de Finanças	Gestão do orçamento geral	Legislação ampla e em mudança constante.	Simplificação da legislação	Contingenciando os valores previstos e permanecendo com a mesma legislação e regulamentos.	Com convencimento do Governador e do Secretário de Finanças.
A3: Sociedade	Mobilização das pessoas	É muito sensível às alterações políticas	Fiscalizando a destinação orçamentária	Não fiscalizando ou criticando negativamente o que está sendo realizado	Com participação da mesma nas decisões e solicitando a colaboração.

GESTÃO ESTRATÉGICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS
UNICAMP - Fundação Perseu Abramo

Ação 1.2 - Buscar verbas dos royalties da extração do petróleo no pré-sal, definidas para esse fim:

Ator	Recursos que controla	Limitações/Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1: Secretaria de Educação	Gestão do orçamento específico	O orçamento é utilizado em milhares de estabelecimentos e legislação ampla e em mudança constante	Com informatização e padronização de todo processo de gastos no local de destino, e simplificando a legislação.	Alocando a verba para outra atividade.	Evidenciando que está priorizando esta ação.
A2: Secretaria de Finanças	Gestão do orçamento Estadual	Legislação nova, ampla e em mudança constante.	Simplificação da legislação	Contingenciando os valores previstos e permanecendo com a mesma legislação e regulamentos.	Com convencimento do Governador e do Secretário de Finanças.
A3: Ministério da Fazenda	Gestão do orçamento Nacional	Legislação nova, ampla e em mudança constante.	Simplificação da legislação	Contingenciando os valores previstos e permanecendo com a mesma legislação e regulamentos.	Convencendo a Presidente da República e o Ministro da Fazenda

GESTÃO ESTRATÉGICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS
UNICAMP - Fundação Perseu Abramo

Ação 1.3 - Buscar parceria com o Governo Federal:

Ator	Recursos que controla	Limitações/Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1: Secretaria de Educação	Gestão política da educação no Estado	Desavenças políticas com o Governo Federal	Mostrando que é uma política de governo e é prioritária	Não priorizando o contato com outra esfera de governo	Evidenciando que está priorizando esta ação.
A2: Ministério da Educação	Gestão política da educação no Brasil	Tem todos as UF para contemplar e, SP é um estado rico	Mostrando que é uma política de governo e é prioritária	Não priorizando o contato com outra esfera de governo	Evidenciando que está priorizando esta ação.
A3: Universidades	Formação e conteúdo pedagógico	Susceptível à política do gestor	Desenvolvendo pedagogias eficientes para o aprendizado do aluno, com motivação dos professores.	Não efetivando o que está contratado	Com participação da mesma nas avaliações da eficácia do programa solicitado

GESTÃO ESTRATÉGICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS
UNICAMP - Fundação Perseu Abramo

Ação 1.4 - Buscar parcerias com a iniciativa privada:

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1: Secretaria de Educação	Gestão política da educação no Estado	Histórico de parcerias não bem sucedidas	Mostrando que é uma política de governo e é prioritária	Alocando os recursos recebidos para outra atividade	Divulgando sua marca.
A2: Empresas Privadas	Poder econômico e tecnológico	Não ter retorno de mídia e/ou financeiro	Ajudando na manutenção das escolas (física e com materias pedagógicos)	Mostrando que já paga os impostos devidos e tem históricos ruins	Mostrando que a sociedade aprova essas iniciativas
A3: Sociedade	Mobilização das pessoas	É muito sensível às alterações políticas	Fiscalizando a parceria proposta	Não fiscalizando ou criticando negativamente o que está sendo realizado	Com participação da mesma nas decisões e solicitando a colaboração.

GESTÃO ESTRATÉGICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS
UNICAMP - Fundação Perseu Abramo

Ação 2.1 - Planejar convênios com as Universidades Públicas, para atualização dos professores, buscando o desenvolvimento e aperfeiçoamento das melhores pedagogias:

Ator	Recursos que controla	Limitações/Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1 Secretaria de Educação ou secretário :	Licitação/compras	Grande extensão do Estado com peculiaridade deferente em cada região	Aproximando os professores das suas realidades e atualizando	Os cursos não chegando aos professores que realmente precisam	Priorizando como tarefa essencial para sua gestão.
A2 CEESP - Conselho Estadual de Educação de São Paulo	Um colegiado de professores delibera sobre rumos da educação do estado. Deliberativo.	É um poder deliberativo podem mudar, mas pouco a pauta de prioridades. Podem também ser manipulados pela mídia	Trazendo para discussão temas relacionados à defasagem do ensino	Trancando a pauta e direcionando para outras prioridades	Chamando para o diálogo sempre que for ter mudança no sistema educacional
A3 A mídia	Meios de comunicação em massa	Pode atuar coercivamente e negativamente sobre os pais e os alunos.	Se bem avaliado pode difundir proposta.	Manipulando as informações e colocando a classe, educandos e responsáveis contra o projeto.	Citando outros canais de comunicação, mas não dispensando o diálogo.

Ação 2.2 - Adquirir equipamentos pedagógicos necessários para a melhoria do aprendizado e um maior interesse do aluno:

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1 Empresário da área de educação	Empresas que fabricante dos produtos	Preços e licitações complexas.	Entregando no prazo e preparando material adequado para nossa deficiência.	Atrasando entrega produzindo matérias de baixa qualidade	Reuniões com amostra de matérias e com temo de responsabilidade
A2 CEESP - Conselho Estadual de Educação de São Paulo	Um colegiado de professores delibera sobre rumos da educação do estado. Deliberativo.	É um poder deliberativo podem mudar, mas pouco a pauta de prioridades. Podem também ser manipulado pela mídia	Trazendo para discussão temas relacionado à defasagem do ensino	Trancando a pauta e direcionando para outras prioridades	Chamando para o dialogo sempre que for ter mudança no sistema educacional
A3 A mídia	Meios de comunicação em massa	Pode atuar coercivamente e negativamente sobre os pais e os alunos.	Se bem avaliado pode difundir proposta.	Manipulando as informações e colocando a classe, educandos e responsáveis contra o projeto.	Criando outros canais de comunicação, mas não dispensando o dialogo.

GESTÃO ESTRATÉGICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS
UNICAMP - Fundação Perseu Abramo

Ação 2.3 Modernizar os recursos materiais utilizados, atualizando os professores sobre os recursos educacionais informatizados e criação de maiores oportunidades de contato com multimeios.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1 Empresário da área de tecnologia e informática	Empresas que fabricante dos produtos	Preços e licitações complexas.	Entregando no prazo e preparando material adequado para nossa deficiência.	Atrasando entrega produzindo matérias de baixa qualidade	Reuniões com amostra de matérias e com temo de responsabilidade
A2 CEESP - Conselho Estadual de Educação de São Paulo	Um colegiado de professores delibera sobre rumos da educação do estado. Deliberativo .	É um poder deliberativo podem mudar, mas pouco a pauta de prioridades. Podem também ser manipulado pela mídia	Trazendo para discussão temas relacionado à defasagem do ensino	Trancando a pauta e direcionando para outras prioridades	Chamando para o dialogo sempre que for ter mudança no sistema educacional
A3 Concorrente internacional	Preços e produtos mais atualizados	É de fora do país às leis não os beneficiam	Implantando produtos novos com preços baixos	Emperrando a licitação com recursos jurídicos	Reuniões com amostra de matérias e com temo de responsabilidade

6ª. Análise de Riscos e Fragilidades

NC-1: RECURSO ORÇAMENTÁRIO INSUFICIENTE:

Perguntas orientadoras:	Análise da equipe
1 – As ações propostas para equacionar os Nós Críticos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?	<p>É difícil, pois há quase que um consenso que o desempenho do aluno que termina o ensino médio é ruim.</p> <p>Se direcionarmos para outra secretaria atividades que eram de responsabilidade desta secretaria, podemos ter alguns atritos.</p>
2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	<p>Juridicamente as locações de verbas são sempre questionáveis, mas existe a intenção de fazer exclusivamente conforme os procedimentos. Com relação ao aspecto técnico, podemos ter problemas com a falta de funcionamento de algum equipamento, gerando uma insatisfação tanto do professor, quanto dos alunos e isso pode desencadear um aproveitamento da situação para denegrir o governo e suas ações. Se a iniciativa privada sair no meio do projeto, também pode ser criticado pela sociedade e mídia, de que não soubemos administrar estas parcerias.</p>
3 - Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	<p>É sermos questionados que o orçamento atual é suficiente e, deve ser melhor gerido. Para isso temos que abrir o orçamento à sociedade, mostrando que para valorizar o professor, temos que ter um incremento nesse orçamento e, será feito de maneira semelhante à valorização do salário mínimo.</p>
4 – O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	<p>Como a coordenação é da Secretaria de Educação e a vantagem de ver realizado beneficiaria também a Secretaria, devemos basicamente convencer nossa própria equipe que esta atividade é indispensável para a Sociedade e para a Secretaria.</p>
5 – Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	<p>Contaremos, a princípio com os servidores desta Secretaria e outras do próprio Governo Estadual, necessitando de verba para as viagens que também estão orçadas.</p>

NC-2: PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO NÃO CONTEMPLA O ALUNO:

Perguntas orientadoras:	Análise da equipe
1 – As ações propostas para equacionar os Nós Críticos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?	Não, os nós críticos são de caráter estrutural e conduta no processo meio da administração, portanto sem interferência na sociedade diretamente.
2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	Políticos, pois meche com alguns “ <i>statu-quo</i> ” dentro da estrutura da educação. Risco médio de pouca interferência externa, mas de grande impacto interna na gestão da educação. Jurídico, pois são fundamentais que as leis sejam adequadas as mudanças proposta tem impacto pequeno, pois se trata de área técnica de pouco conhecimento da população.
3 - Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	Ponto fraco: é a não aceitação por partes do docente e funcionário ligados a educação, pois comprometeria todo projeto. Para prevenção seria o dialogo com entidades da classe, com os docentes e quem mais for envolvido nas mudanças.
4 – O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	Comunicação constante com os envolvidos, diálogos tirando dúvidas e aparando arestas que por ventura forem surgindo.
5 – Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	Sim, pois com a entrada do pré-sal no orçamento da educação isso seria suprido .

7ª. Considerações Finais

Os estudos qualitativos demonstraram que os programas estaduais para educação são ineficazes e não atende a demanda proposta para um estado onde o cidadão é um ser crítico, do seu meio onde vive, pois são recorrentemente das políticas administrativa com recursos na sua maior parte federal alocada para o Estado.

O papel na formulação de políticas públicas não é uma escala de poder inteiramente acessível a todas as esferas do poder. Não há uma efetiva descentralização que garanta ao chamado poder local um papel mais abrangente de concepção de escopo, de conceituação de público e de definição de recursos das políticas públicas. Revela-se, portanto, um quadro de reiteração da concentração do Governo Federal no que concerne à proposição, ao financiamento e a regulação das políticas públicas sociais, e a educação está inserida neste contexto. Na sua dimensão prática, o Estado não consegue converter políticas, programas e projetos federais em políticas estaduais fundamentadas em demandas locais.

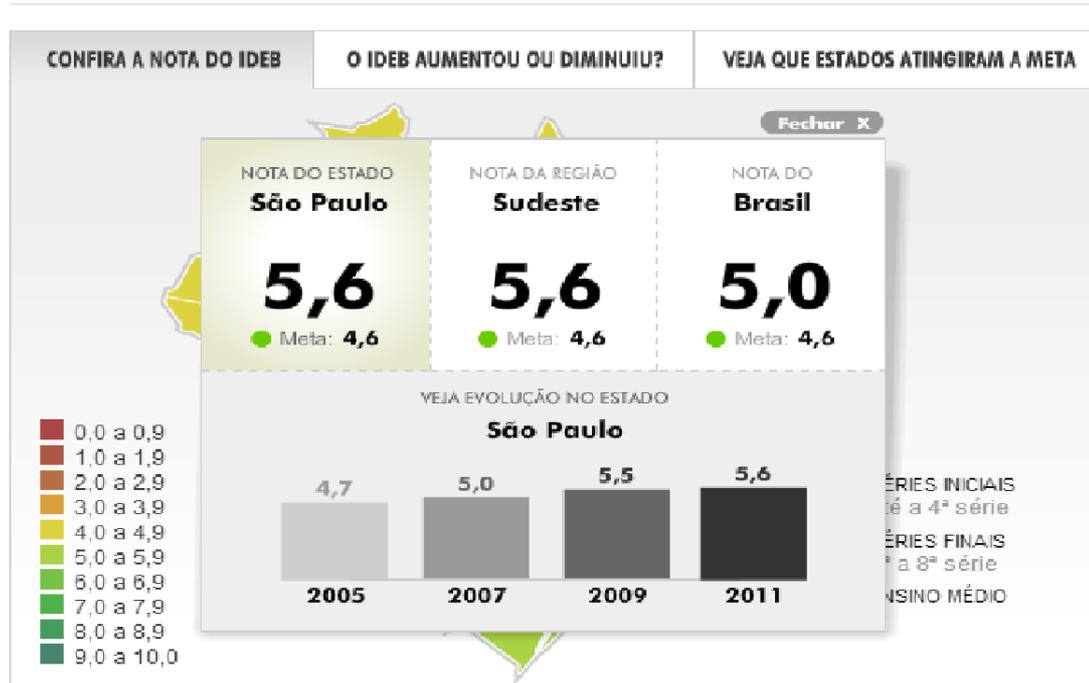
Por outro lado, permanecem os conflitos de ordem administrativa e jurídica entre os entes federativos em termos de competências e atribuições da gestão e execução de políticas públicas, cujos resultados são a incompletude e a descontinuidade de programas e projetos. Tal fato corresponde à inconsistência de ações governamentais na atenção aos cidadãos, à pulverização de recursos e aos baixos impactos em termos da efetivação de direitos sociais.

A descontinuidade aliada à fragmentação das políticas públicas abre lacunas para promoção de direitos. Lacunas que são preenchidas por práticas de clientelismo, privatização e hibridismo na aplicação de recursos públicos, na seleção de beneficiados e no uso do território como instrumento de reprodução de poderes discricionários ou micro-poderes locais.

Consideramos ainda que o Estado e município não se efetivaram como lugar privilegiado de participação democrática e controle social de políticas públicas. Conselhos e Fóruns de Direitos e de Controle Social permanecem, em sua expressiva maioria, com limitações da sua representação política de demandas, reivindicações e valores da sociedade civil diante de executivos e legislativos estaduais.

Fatos esses que elevam as dificuldades e limitações de projetos como o proposto por nosso grupo para educação. Dificultando a novas possibilidades de exercício da cidadania e da promoção da justiça territorial como fundamentos de uma agenda propositiva de direitos à inclusão social, papel fundamental na educação dos jovens.

Quando o ministro da Educação, Cid Gomes, defendeu em seu discurso de posse a necessidade de reformar o currículo do ensino médio, ele tocou em um ponto quase consensual entre gestores, pedagogos e pesquisadores da educação. Nosso grupo jamais imaginaria que o Ministro fosse fazer uma fala tão direta e tão preciso na direção do que tinha formulado parar o nosso TCC. Fato que nos levou a ter mais responsabilidade ainda nosso trabalho final. Uma vez que sabemos que o governador de São Paulo era candidato à reeleição e seus números eram todos positivos do ponto de vista das avaliações públicas, representada por pesquisas de opiniões que antecederam as eleições de 2014. Isso nos causa perplexidade, pois sabemos das deficiências desta gestão com mais de 20 anos... Mas escolhemos a educação como um dos pilares de desinformação central, como partida de uma discussão nova da política educacional para o Estado, baseando-se nas pesquisas de opiniões que mostram um desencanto dos jovens com a educação, sobretudo com o ensino médio. E como fator secundário, explicar porque de fato, as mazelas com educação não atingem o governador.



Em nenhum dos ciclos da educação básica a estagnação nos indicadores de qualidade de ensino é tão clara como nas series finais do ensino médio. Nela um número crescente de Estado as unidades escolares não alcançam as metas estabelecidas para o Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB). Em 2009, foram 3; em 2011, 6; em 2013, 21. A média nacional estacionou em 3,7, e as notas são ruins no ensino privado, cuja meta foi cumprida pela última vez em 2007, por tanto, mais de 8 anos atrás.

Além destes números ruins, outros dados não são nada animadores para o país, pois dados demonstram que jovens de 15 a 17 anos fora da escola, oscilam em torno de 17% a mais de cinco anos consecutivo. E o problema já não é mais com o mercado do trabalho, como no passado.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de jovens dessa idade que trabalha ou queira trabalhar caiu de 26% para 17% do total nos últimos 10 anos. O conceito que estendendo o tempo de permanência deste jovem na escola no atual modelo é mais agressivo do que educacional. Pois se a escola já é chata para os jovens, por que permanecer mais tempo nela? O próprio secretário de Educação de São Paulo Herman Voorwald endossa esse tema, “Não é só mais tempo na escola que resolverá” diz ele.

Tratando de São Paulo em específico, que é matéria de nosso trabalho de conclusão de curso em gestão pública. O Estado possui diferentes modelos de ensino integral. Um com aulas regulares (escolas com jornadas de nove e meia horas/dia), o integral que o contraturno é ocupado especialmente com atividades esportivas e culturais (255 escolas), e o Vence, em que o aluno complementa o estudo regular com formação profissional fora da escola regular, mas bancada e supervisionada pelo Estado.

Projetos supracitados ainda estão por provar, se de fato a educação paulista baseada neste modelo é uma solução viável, pois atende uma minúscula parcela da sociedade o que dificulta fazer o aferimento, não obstante a isso, eles alteram o tempo permanência, modelo e não entra a fundo nas questões estruturais onde se formam as lacunas que nunca se fecham. Por causa da inércia do Estado? Sim, mas não só, também por falta de projeto inovador, gestão integrada e visão de futuro de Estado. Por muito tempo só pensou em formar cidadão para o mercado de trabalho, que alias é o foco do Estado, e que foge (muito) do campo de visão de uma gestão de esquerda, sobretudo para construção de políticas públicas. O próprio secretário admite que: “só aumentar o tempo de permanência não é suficiente”. Para que essas lacunas abertas sejam fechadas definitivamente temos que integrar o professor e alunos na modernidade da comunicação e as novas de tecnologias.

Temos, pois que, aderir às novas metodologias de aprender/ensinar para podermos de fato comunicar-se como os jovens de hoje, só assim, depois de começarmos a nos comunicarmos com eles, para eles, que poderemos passar a ensinar pedagogicamente de forma a ensinar/orientar na construção do conhecimento. Por isso entendemos que a introdução de ferramentas usadas, e muito bem, pelos meios de comunicação, a tecnologia não é o fim do processo, mas é a ponte que nos levará até os jovens que estão desistindo de

estudar, e daquele que frequentam as escolas, mas de fato, não estão absorvendo nada de conteúdo, apenas fazem o papel formal da educação de esta sentado em uma sala de aula para ser um ouvinte passivo neste modelo ultrapassado de educação.

Defendemos a reestruturação do modelo pedagógico e a aplicação de mais recursos na educação para justamente fazer a revolução na maneira de ensinar, mas em hipótese alguma estamos desestimulando o uso dos materiais disponíveis nos dias atuais, salientamos que eles são importantes para educação, tanto quanto os que apontamos como inovação. Pois sabemos que um não poderá excluir o outro, mas sim unificar os dois, para que tenhamos mais ferramentas e assim mais saídas para solucionarmos a problemática da defasagem do ensino médio, mas não só. Poremos ir descendo as inovações também para etapas meias, como fundamental II e fundamenta I, onde também tem uma defasagem grande na educação.

O próprio Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira (INEP) mostram que ha uma estagnação na evolução do IDEB, isso vai ao encontro das falas de muitos especialistas em educação que dizem: a quantidade de alunos que chegam a séries finais sem saber fundamentos básicos, é grande. Os dados atesta que se nas etapas iniciais já existe defasagem as series finais ela é ainda maior.

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IDEB
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDEB - Resultados e Metas

Parâmetros da Pesquisa

Resultado: Estado UF: SP
Rede de ensino: Estadual Série / Ano: 8ª série / 9º ano

Estado	Ideb Observado					Metas Proj. - 2015							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
São Paulo	3,8	4,0	4,3	4,3	4,4	3,8	4,0	4,2	4,6	5,0	5,3	5,5	5,8

Obs:
* Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 304 de 24 de junho de 2013.
*** Sem média na Prova Brasil 2013: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.
**** Não divulgado por solicitação da Secretaria/Escola devido a situações adversas no momento da aplicação.
Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Pesquisar Novamente

Atualizado em 14/08/2014

Copyright MEC - INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Com isso todos os projetos podem até o ponto maturação dar resultado, mas ampliando para outras regiões, com tantas heterogeneidades, que existe no Estado, não se pode garantir. A inclusão de novas tecnologias que vem do próprio mundo destes jovens, e que eles dominam como ferramentas só de comunicação. Elas poderão se tornar uma ferramenta de aprendizagem educacional atraindo a atenção e fazendo-os despertarem para o mundo da informação e apreciar o apreender com a mesma determinação que eles têm com os

jogos da internet, celulares e vídeos games. Afinal eles passam muito mais horas lidando com esses equipamentos do que em aula aprendendo, e não se ouve da parte deles uma só reclamação por terem que manusea-los para poder fazer as tarefas de comunicar-se com o mundo deles.

8ª. Referências bibliográficas.

- Costa, Greiner e Dagnini, Renato - “Gestão Estratégica para Política Públicas” - Editora Alínea – 2.013
- Santos, Milton - Economia espacial - 2ª edição - Edusp - 2003
- Freire, Paulo - Pedagogia do oprimido 1ª edição - Paz e terra – 2003
- Revista Nova Escola – Editora Abril - Atratividade da carreira docente no Brasil – Pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas - Outubro de 2.009
- Sobre “material didático defasado: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/equip_mat_dit.pdf – 2.009
- Visentini, José Willian - A Capital da Geopolítica - 1ª edição – 1986 - Editora Ática.
- Jornal Valor Econômico – edição de 30/Jan/2.015 – entrevista com Cid Gomes, Ministro da Educação

Apêndices (documentos adicionais elaborados pela equipe).

Apêndice A:

Por que o problema selecionado é importante. Quais são os principais efeitos e riscos político-administrativos, sociais ou econômicos que a existência e a continuidade do problema escolhido acarretam. Por que equacionar o problema é importante para a gestão pública de esquerda?

Inicialmente a Cleone e o Anderson queriam um tema relacionado à “educação”. O Urias e o João queriam um tema relacionado ao Governo Estadual e, foi daí, após alguma conversa, que o tema foi decidido, contemplando a todos(as). A possibilidade (ou a torcida) do PT ou o partido coligado ganhar o Governo Estadual nestes 3 estados, também ajudou na determinação de um tema estadual.

O problema relaciona-se com muitos temas tratados neste curso: nas primeiras unidades de aprendizagem, foram tratados temas históricos, em que a educação vinha de fora, ou melhor, só tinha estudo que fosse para fora do Brasil estudar.

Na época da escravidão, praticamente não existiam escravos alfabetizados, trazendo essa herança para as gerações vindouras.

Com o neoliberalismo, a escola transforma-se em necessidade apenas para suprir a necessidade do empresariado, não necessitando de pessoas pensantes da realidade que vivíamos. A qualidade, particularmente do ensino médio, foi piorando ano a ano, chegando ao absurdo de termos analfabetos funcionais formados no ensino médio.

Com a chegada do modo petista de governar na esfera federal, alguns indicadores foram criados e/ou questionados, e levou a criação de um projeto de melhoria constante, através de indicadores que foram criados para medir o desempenho desses alunos.

Ou seja, a nossa situação-problema tem um envolvimento forte com os temas abordados neste curso, pois envolve uma situação que vem da nossa formação histórica, passando por altos e baixos, acompanhando a priorização (ou não) dos governos, piorando muito no governo neoliberal e, avançando a priorização nos governos Lula e Dilma.

Apesar da administração do ensino médio ser Estadual, tem alguma influência do Governo Federal, no que tange as regras gerais.

É um problema real, que abrange parte significativa dos Estados brasileiros e, tem repercussão para a continuidade dos estudos (universitários), afeta a opção de crescimento profissional e de vida e, não ajuda para romper a desigualdade ainda persistente no Brasil.

Apêndice B:

Texto sobre o relacionamento do tema deste TCC aos obstáculos colocados pela interferência dos meios de comunicação para a efetivação de ações transformadoras propostas por gestões de esquerda em nosso país:

Assim como a introdução do conhecimento através dos livros por meio da educação pedagógica décadas atrás foram revolucionários no desenvolver do conhecimento, os meios de comunicação faz isso nos tempos modernos, sobre tudo pós internet, e passam a fazer parte do nosso dia-a-dia: refletem e reinventam nossos modos de pensar e agir, interferem em nossas decisões e ações, operam no sentido de nos tirar de situações cômodas e arcaicas empurram-nos para novos tempos, utilizando tecnologias avançadas e fascinantes, mexem com nossos nervos e sacodem nossas emoções transportam nossas idéias e vontades para lugares diferentes fazem com que fiquemos em casa ou ocupemos as ruas. Incitam-nos e nos acalmam envolvem-nos e nos separam criam em nós e para nós necessidades inimagináveis, levando-nos a realizar o objetivo maior da sociedade capitalista em que vivemos: consumir.

O que foi relatado é um fato inegável, a mídia conquistou espaços importantes entre nós, e a tendência é que eles se ampliem cada vez mais. A sociedade clamou por mudança e eles souberam como atender à sua solicitação. São uma realidade, têm poder, conseguem se impor, e são reconhecidamente importantes para todos nós. Exatamente por isso, são fundamentais para a educação escolar. Tentar detê-los é lutar em vão. Não aceitá-los ou mesmo recusá-los não é nada estratégico. Simplesmente não considerá-los é impossível... Não há outro modo senão encará-los. Olhá-los de frente. Aproximar-se deles e conhecê-los. Aprender a lidar com eles – esse é o caminho. Mas, sobretudo, ir além da admiração e reconhecimento do quanto são capazes de mexer com a sociedade. À escola e ao professor cabe analisá-los e submetê-los à crítica. Ler e filtrar – e levar os alunos a lerem e filtrarem as mensagens produzidas e divulgadas pelos meios de comunicação – é o primeiro passo.

É absolutamente inaceitável, hoje em dia, que professores e alunos não tenham acesso rápido e fácil a todas as mensagens midiáticas. É inaceitável também que as escolas e os professores não se interessem e não se capacitem para compreender essas novas linguagens que, certamente, estão interferindo no modo de pensar, de ser e de se expressar de todos nós e, em particular, das novas gerações.

Propomos, todavia, que os profissionais de educação deem um passo a mais que utilizem os equipamentos dos meios de comunicação do mesmo modo como são utilizados o giz, a lousa, o lápis e o caderno; que a eles se misturem microfones, gravadores, câmeras fotográficas e de vídeo, computadores, aparelhos de tevê, rádio, caixas de som e cabos,

cenários, trilhas sonoras, celulares, etc... que façam deles instrumentos de trabalho, objetos de manipulação, meios de produção dos saberes que todos nós precisamos para construir uma sociedade de pessoas autônomas, ativas e realmente comprometidas consigo mesmas e com os outros.

Apêndice C:

Texto sobre o relacionamento dos temas da avaliação governamental e da formação de opinião pública com este TCC, como possibilidades e obstáculos à atuação do Estado e da gestão pública de esquerda:

Sabidamente é fato que o desempenho dos alunos concluintes do ensino médio provindos das escolas estaduais do Estado de São Paulo é defasado, com foco no tecnicismo para atender o mercado de trabalho, sobre tudo conteudista, com mecanismo de aprendizagem antiquado, tendo como base as avaliações do ENEN e do IDEB (que não está pior devido as gratificações pagas aos professores, diretores, ...).

Uma parte significativa do corpo docente está desmotivado com o ensino médio, e apenas focado nas gratificações oferecidas pelo estado, fazendo que a meritocracia seja mais vantajosa que o ensino, desmotivada com o comportamento dos alunos, com a situação das salas de aula, com a metodologia e a pedagogia do ensino, também é rotina na categoria.

E com tudo isso a avaliação do atual Governo do Estado, pela população, ou ao menos pelo eleitorado, é boa, com confirmação, nas últimas eleições, do seu mandato para mais quatro anos. Como se explica essa incoerência ?

Primeiramente, na eleição são avaliados diversos serviços e produtos de responsabilidade da administração pública e, todos eles com o viés de como a mídia tratou de passar essas informações no passar dos tempos. A própria campanha eleitoral sempre passa que tudo está “um mar de rosas”, mas perguntamos: pra quem ?

Certamente para quem faz o serviço ou produto, normalmente está bem, mas para a população que faz uso, deveria ter uma análise mais crítica e, diferentemente da população que não faz uso, que recebe a informação via meios de comunicação de massa, que possui interesses, fazendo com que o que está ruim desapareça da pauta e, o que está bom apareça na pauta, sempre pelo ponto de vista da própria mídia. As vezes o que está ruim, aparecerá de uma forma mais “cor de rosa”, ou seja, de uma forma que não evidencie tanto o lado negativo.

São cada vez mais claros os malefícios que temos com uma mídia partidarizada, e concentrada nas mãos de poucos, podendo interferir a até desbalancear uma eleição presidencial, então o que esperar numa eleição estadual ou municipal. O grau de interferência é bem significativo.

Caso tornasse realidade a vitória estadual do PT no Estado de São Paulo, não ficaríamos surpresos que começássemos ter uma enxurrada de críticas do ensino médio e, por mais que fizéssemos para melhorá-lo, as críticas certamente iriam aumentar. É por isso que

temos que ter sempre a participação da população na formulação e decisão das melhorias que devem ser implementadas, em todas as etapas do processo, pois somente com a participação popular é que iremos minimizar a influência da grande mídia.

Temos obrigação de comunicar à população o que estamos fazendo, usando meios tradicionais e alternativos para esse dever constitucional, com riscos de, se não o fizermos, ficarmos bloqueados pela opinião pública influenciada pela mídia de massas, e quem sabe, a serviço da oposição ou de um ente privado.

Entre a população, certamente teremos alguns formadores de opinião, que disseminam as ideias com mais facilidade que outros. É importante que estejam do nosso lado, e ajudem a divulgar o que está sendo feito, sem a manipulação de alguns meios de comunicação. Temos que ter o conta-ponto, não devemos permitir que somente os meios de comunicação de massa, passem a versão das realizações (ou não realizações) da gestão pública.

Apêndice D:

Texto sobre tema deste TCC e os obstáculos colocados pela interferência dos meios de comunicação para a efetivação de ações transformadoras propostas por gestões de esquerda em nosso país:

Assim como a introdução do conhecimento através dos livros por meio da educação pedagógica décadas atrás foram revolucionários no desenvolver do conhecimento, os meios de comunicação faz isso nos tempos modernos, sobre tudo pós internet, e passam a fazer parte do nosso dia-a-dia: refletem e reinventam nossos modos de pensar e agir, interferem em nossas decisões e ações, operam no sentido de nos tirar de situações cômodas e arcaicas empurram-nos para novos tempos, utilizando tecnologias avançadas e fascinantes, mexem com nossos nervos e sacodem nossas emoções transportam nossas idéias e vontades para lugares diferentes fazem com que fiquemos em casa ou ocupemos as ruas. Incitam-nos e nos acalmam envolvem-nos e nos separam criam em nós e para nós necessidades inimagináveis, levando-nos a realizar o objetivo maior da sociedade capitalista em que vivemos: consumir.

O que foi relatado é um fato inegável, a mídia conquistou espaços importantes entre nós, e a tendência é que eles se ampliem cada vez mais. A sociedade clamou por mudança e eles souberam como atender à sua solicitação. São uma realidade, têm poder, conseguem se impor, e são reconhecidamente importantes para todos nós. Exatamente por isso, são fundamentais para a educação escolar. Tentar detê-los é lutar em vão. Não aceitá-los ou mesmo recusá-los não é nada estratégico. Simplesmente não considerá-los é impossível... Não há outro modo senão encará-los. Olhá-los de frente. Aproximar-se deles e conhecê-los. Aprender a lidar com eles – esse é o caminho. Mas, sobretudo, ir além da admiração e reconhecimento do quanto são capazes de mexer com a sociedade. À escola e ao professor cabe analisá-los e submetê-los à crítica. Ler e filtrar – e levar os alunos a lerem e filtrarem as mensagens produzidas e divulgadas pelos meios de comunicação – é o primeiro passo.

É absolutamente inaceitável, hoje em dia, que professores e alunos não tenham acesso rápido e fácil a todas as mensagens midiáticas. É inaceitável também que as escolas e os professores não se interessem e não se capacitem para compreender essas novas linguagens que, certamente, estão interferindo no modo de pensar, de ser e de se expressar de todos nós e, em particular, das novas gerações.

Propomos, todavia, que os profissionais de educação deem um passo a mais que utilizem os equipamentos dos meios de comunicação do mesmo modo como são utilizados o giz, a lousa, o lápis e o caderno; que a eles se misturem microfones, gravadores, câmeras

fotográficas e de vídeo, computadores, aparelhos de tevê, rádio, caixas de som e cabos, cenários, trilhas sonoras, celulares, etc... que façam deles instrumentos de trabalho, objetos de manipulação, meios de produção dos saberes que todos nós precisamos para construir uma sociedade de pessoas autônomas, ativas e realmente comprometidas consigo mesmas e com os outros.

Apêndice E:

Texto sobre a relação do tema deste TCC com os obstáculos à garantia de direitos sociais em nosso país que limitam a atuação do Estado e da gestão pública:

Os estudos qualitativos demonstraram que os programas estaduais para educação são ineficazes e não atende a demanda proposta para um estado onde o cidadão é um ser crítico, do seu meio onde vive, pois são recorrentemente das políticas administrativa com recursos na sua maior parte federal alocada para o Estado.

O papel na formulação de políticas públicas não é uma escala de poder inteiramente acessível a todas as esferas do poder. Não há uma efetiva descentralização que garanta ao chamado poder local um papel mais abrangente de concepção de escopo, de conceituação de público e de definição de recursos das políticas públicas. Revela-se, portanto, um quadro de reiteração da concentração do Governo Federal no que concerne à proposição, ao financiamento e a regulação das políticas públicas sociais, e a educação está inserida neste contexto. Na sua dimensão prática, o Estado não consegue converter políticas, programas e projetos federais em políticas estaduais fundamentadas em demandas locais.

Por outro lado, permanecem os conflitos de ordem administrativa e jurídica entre os entes federativos em termos de competências e atribuições da gestão e execução de políticas públicas, cujos resultados são a incompletude e a descontinuidade de programas e projetos. Tal fato corresponde à inconsistência de ações governamentais na atenção aos cidadãos, à pulverização de recursos e aos baixos impactos em termos da efetivação de direitos sociais.

A descontinuidade aliada à fragmentação das políticas públicas abre lacunas para promoção de direitos. Lacunas que são preenchidas por práticas de clientelismo, privatização e hibridismo na aplicação de recursos públicos, na seleção de beneficiados e no uso do território como instrumento de reprodução de poderes discricionários ou micro-poderes locais.

Consideramos ainda que o Estado e município não se efetivaram como lugar privilegiado de participação democrática e controle social de políticas públicas. Conselhos e Fóruns de Direitos e de Controle Social permanecem, em sua expressiva maioria, com limitações da sua representação política de demandas, reivindicações e valores da sociedade civil diante de executivos e legislativos estaduais.

Fatos esses que elevam as dificuldades e limitações de projetos como o proposto por nosso grupo para educação. Dificultando a novas possibilidades de exercício da cidadania e da promoção da justiça territorial como fundamentos de uma agenda propositiva de direitos à inclusão social, papel fundamental na educação dos jovens.